



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 258, DE 2004

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as informações publicadas no Jornal *O Estado de São Paulo*, do dia 29 de fevereiro de 2004, requeiro seja enviada pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Fazenda relação contendo todas as empresas relacionadas aos jogos de bingo que se encontram em débito com a Secretaria da Receita Federal.

Sala das Sessões, em 9 de março de 2004.

Assinatura manuscrita de Romeu Tuma, com uma linha decorativa curva acima do nome.

Senador Romeu Tuma

Bingos sonegaram R\$ 43 milhões só em 2003

Segundo levantamentos superficiais do governo, faturamento do setor é de R\$ 900 milhões anuais

ADRIANA FERNANDES
e EDSON LUIZ

BRASILIA - Quando editou a Medida Provisória 168, há duas semanas, o governo não apenas tentou esvaziar a crise política causada pelas denúncias contra o ex-assessor palaciano Waldomiro Diniz, como acredita ter estancado uma crescente sangria aos cofres públicos, causada por evasão de divisas, sonegação fiscal e previdenciária, os principais crimes praticados pelas casas de bingos, agora proibidos. Levantamentos superficiais do governo mostram que, anualmente, as casas de jogos arrecadam R\$ 900 milhões, mas só em 2003 sonegaram quase R\$ 43 milhões.

O governo não tem números concretos sobre o mercado de bingos, mas calcula que por eles passa um montante de recursos que daria para reforçar o orçamento de vários projetos sociais, como o Programa Fome Zero, por alguns anos. Os números mais confiáveis estão nas mãos da Receita Federal, que em 2002 autuou 61 bingos, arrecadando R\$ 31,4 milhões, cerca de R\$ 10 milhões a menos que no ano passado, quando 69 estabelecimentos foram autuados, num montante de R\$ 42,7 milhões.

A estimativa de R\$ 900 milhões é superficial, já que esse volume é o declarado, mas sabemos que não está contabilizado

pelo menos o dobro disso", afirma um delegado ligado às investigações sobre as casas de jogos. São esses números reais da sonegação e as estimativas do volume de fato circulado que procuradores do Ministério Público Federal usam para manter a decisão de proibir os bingos.

Segundo o procurador da República Guilherme Schelb, um dos autores do relatório sobre o setor que está sendo fechado esta semana, para ser levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além da movimentação financeira ilegal, os bingos são também responsáveis pela lavagem de dinheiro de outros crimes. O documento mostra relatos da Justiça da Itália confirmando que, entre os negócios de jogo, a máfia começou a se instalar no Brasil na década de 90, mascarada com a fachada dos bingos, mas tinha também outro objetivo: o tráfico de drogas.

Fundo de quintal. A primeira proibição ao jogo no Brasil aconteceu em 30 de abril de 1946, com um decreto do então presidente Eurico Gaspar Dutra. Depois disso talvez a MP 168 seja a única decisão mais eficaz tomada pelo governo, nos últimos anos, para acabar definitivamente com os bingos, um negócio que a cada dia vem se modernizando, principalmente de forma ilegal.

A Receita Federal, por exemplo, identificou máquinas importadas, muitas sem paga-

mento de tributos, disfarçadas como se fossem equipamentos de software. Também cresceu no País o número de empresas de fundo de quintal que montam as máquinas de jogos de azar, com peças que entram no País contrabandeadas.

As investigações dos bingos começaram pela Polícia Federal, que, a partir de uma suspeita de irregularidade no campo fiscal, apresenta representação para a Receita investigar. Um dos principais alvos dessa investigação são as empresas com sócios "laranjas", o que torna mais difícil o trabalho da fiscalização. Na maioria das vezes, a pessoa que consta como responsável não tem capacidade financeira nem gerencial para ser o dono do negócio.

"Encontramos pessoas que se quer sabem assinar o nome", diz Paulo Ricardo Cardoso, secretário adjunto da Receita.

Na semana passada, a PF calcula que pelo menos 90% dos bingos brasilei-

ros estavam fechados, permanecendo abertas as pequenas casas de jogos, muitas vezes por ignorância da existência da MP. Entretanto, a direção da PF espera que todos os estabelecimentos tenham encerrado suas atividades até a primeira quinzena de março. Desde sexta-feira, a União está aplicando multas de R\$ 50 mil, valor irrisório para as grandes casas de jogos, mas exagerado para uma lanchonete, por exemplo.

**MP APURA
LIGACÃO
COM MÁFIA E
TRAFICO**

(À Mesa para decisão)

Republicado no Diário do Senado Federal de 10/03/2004

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília - DF